

**NEOLIBERALISMO, POLÍTICA EDUCACIONAL E O DOCUMENTO  
*PERSPECTIVAS ECONÓMICAS DE AMÉRICA LATINA 2012: TRANSFORMACIÓN  
DEL ESTADO PARA EL DESAROLLO***

**Janaina Fatima Sabrina de Campos<sup>1</sup>**

Eixo Temático: Terceirização: precarização e desregulamentação dos direitos trabalhistas

**Resumo**

A partir da análise do documento *Perspectivas Económicas de América Latina 2012: transformación del Estado para el Desarrollo*,<sup>2</sup> da OCDE/CEPAL foi possível constatar que as suas proposições estão articuladas ao conjunto de medidas para a reforma da política educacional relacionadas ao neoliberalismo, tais como: a descentralização, a reforma no Ensino Superior, o fortalecimento dos sistemas de avaliação de aprendizagem, a reforma nas políticas de seleção e avaliação dos professores e a preocupação com a parceria da iniciativa privada no que se refere à prestação de serviços na área de educação, alterando e reconfigurando desta forma, as ações do Estado.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Políticas Sociais. Políticas Educacionais. Educação.

**Introdução**

Primeiramente, nos limites deste texto, trataremos de uma breve contextualização do processo de acumulação capitalista sob a égide do neoliberalismo. Busca-se explicitar as consequências dessa reestruturação da produção na economia e na política como a reforma do Estado e, preferencialmente, no âmbito das políticas sociais na América Latina. Nesse contexto, procuramos tratar da política educacional e, em seguida, das proposições para a reforma educacional presentes no documento “*Perspectivas Económicas de América Latina 2012: Transformación del Estado para el Desarrollo*”, OCDE/CEPAL (2011). E por fim, traçamos algumas considerações sobre o tema abordado.

**Procedimentos metodológicos**

---

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus Cascavel. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus Toledo. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social - GEPPEES. Email: janainafscampos@gmail.com.

<sup>2</sup> Este estudo é resultado da pesquisa desenvolvida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC em 2014, Fundação Araucária, sob a orientação da professora Doutora Ireni Marilene Zago Figueiredo. Apresentado no 23º Encontro Anual de Iniciação Científica - EAIC, na Universidade Estadual de Londrina - UEM, 2014.

Este estudo constitui-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Tratou-se, dessa forma, de estudar o documento: *Perspectivas Económicas de América Latina 2012: transformación del Estado para el Desarrollo*, da OCDE/CEPAL, bem como a relação entre neoliberalismo, reforma do Estado e Políticas Educacionais a partir dos seguintes autores: BIANCHETTI (2001); RAMOS (2003); SHIROMA, EVANGELISTA (2002); SOARES (2002); XAVIER (2006); ZANARDINI (2006).

## **Resultados e Análise**

### **1 NEOLIBERALISMO E A REFORMA DO ESTADO**

O neoliberalismo e a reforma do Estado são decorrentes de um processo de reestruturação do modo de produção capitalista. A reestruturação produtiva<sup>3</sup> foi um momento de investida contra a crise cíclica do capital concomitante a crise do modelo Keynesiano<sup>4</sup> na década de 1970, alterando a organização da produção, do mundo do trabalho, e paulatinamente das bases ideológicas que sustentam o modo de pensar a economia e a política em relação ao mercado e ao Estado, demarcando também, neste período a irrupção das ideias neoliberais na América Latina (BIANCHETTI, 2001, p. 35).

A América Latina neste momento perpassava por um processo de transição de um contexto de ditaduras para uma sociedade organizada democraticamente, e que em relação à economia e a política já demonstravam forte dependência aos países centrais, por conta de seu processo histórico de formação, como afirma Bianchetti (2001):

Ao longo da história dos países latino-americanos, a aliança dos setores dominantes locais aos interesses do capitalismo internacional deu como resultado uma estrutura dependente e condicionada pelas estratégias de acumulação do capitalismo central. Entretanto, esta situação não pode ser interpretada de maneira linear e mecânica ou como determinação absoluta, pois o fato de as sociedades periféricas perecerem a um sistema capitalista mundial as coloca em situação de receber influências das estratégias políticas dominantes dos países centrais (BIANCHETTI, 2001, p. 41).

---

<sup>3</sup> Segundo Ramos, [...] o empresariado busca alternativas para a retomada do processo de acumulação de capital, via reestruturação dos processos produtivos - visam aumentar a produtividade e baixar o custo da força de trabalho, e conquista de novos mercados. Essas iniciativas têm implicado ainda frequentes associações entre grandes empresas e poderosos grupos econômico-financeiros, que atuando em blocos [...] vão incorporar ao desenvolvimento das forças produtivas um significativo avanço tecnológico, obtido nos campos da robótica, informática, engenharia genética, etc., que tem resultado na diminuição do tempo de trabalho, (RAMOS, 2003, p. 100).

<sup>4</sup> J. Maynard Keynes é considerado o principal defensor do intervencionismo estatal no capitalismo para evitar ou minimizar os efeitos das crises cíclicas. O Estado, por meio dos seus gastos, ampliaria a demanda efetiva, impulsionando o crescimento das atividades econômicas e evitando as citadas crises (RAMOS, 2003, p.55).

O neoliberalismo, portanto, consistia em uma retomada do conjunto de ideias e medidas liberais (propriedade privada, economia de mercado, *laissez-faire*), que foram sendo ajustadas progressivamente inclusive na América Latina na década de 1990, período marcado por mudanças econômicas e políticas como um meio para a saída da crise, impulsionados e financiados pelos Organismos Multilaterais<sup>5</sup> (RAMOS, 2003, p. 118).

Em relação ao que preconiza as ideias neoliberais, o mercado é o restabelecimento da ideia da descentralização do Estado como determinante e influente nas relações de produção, reconfigurando suas ações relacionadas principalmente e economia. Além dessa, se reafirmam que as relações sociais são determinadas pelas relações de mercado. “O conceito de mercado para o neoliberalismo é o eixo das relações sociais e, portanto, o motor de organização social” (BIANCHETTI, 2001, p. 87).

De acordo com Ramos (2003), podemos destacar primeiramente as alterações ocorridas nos setores econômicos, onde o processo produtivo na sua grande maioria era centralizado e definido pelo Estado. Após, a reorganização do processo industrial no mundo e, conseqüentemente, a defasagem dos setores tecnológicos por parte dos países subdesenvolvidos o setor privado passa a desempenhar um papel mais emblemático na economia.

Dentre as ações diretas para a implementação na economia, destaca-se os incentivos fiscais relacionadas a investimentos com o objetivo de propiciar o desenvolvimento das forças produtivas, as privatizações que facilitariam a migração de capitais estrangeiros, o controle da inflação e a estabilidade monetária para regulação do mercado e, conseqüentemente, com a dívida pública, e a despesas relacionadas aos custos do Estado.

[...] esse modelo de caráter monetarista se reduz à instalação de políticas macroeconômicas que têm por objetivo restabelecer o equilíbrio da balança de pagamentos (para pagar a dívida externa e as importações) e controlar a inflação através de medidas recessivas. Por outro lado, a suposta integração na economia internacional por meio dessa liberalização pressupõe que a indústria nacional desses países não só não seria afetada, como aumentaria sua competitividade e sua eficiência (SOARES, 2000, p. 16).

---

<sup>5</sup> De acordo com Anderson (1995) são centros hegemônicos representados pelas instituições financeiras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esses Organismos adquiriram centralidade no oferecimento de empréstimos e na administração dos interesses econômicos e financeiros dominantes, por meio de consultorias e relatórios que interferiam nas políticas dos Estados [...] (ANDERSON, 1995).

Neste sentido, para a efetivação destas proposições na economia e para a estabilização da mesma, foi necessária também uma mudança na organização política dos países, o que interfere diretamente nas atribuições que concernem ao Estado, essa mudança também se relaciona com a justificativa que o mesmo estava sendo ineficiente pela sua gestão e administração e pela alta centralização das decisões em âmbito estatal que de acordo com Soares, “passou-se a ver a transformação do Estado como parte – lenta e complexa – da construção de um novo método de desenvolvimento. Dessa forma, evoluiu-se a ideia de minimização do Estado para a sua reconstrução (SOARES, 2000, p. 18).

Para a adequação do Estado neste contexto, foram criadas proposições para uma reforma do Estado, atreladas às condicionalidades dos Organismos Multilaterais, nesse sentido expandido o neoliberalismo.

Essa reforma do Estado efetivou-se de diversas formas nos diferentes países da América Latina, alguns com mais intensidade outros com menos. O que implicou em uma maior precarização dos setores sociais como habitação, saúde, e educação acompanhada de um processo de flexibilização das relações trabalhistas. O termo Estado mínimo passou a representar esse momento: “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (NETTO; BRAZ, 2001, p. 227).

As políticas sociais, concomitante a reforma do Estado, sofrem fortes impactos. As desigualdades decorrentes do processo de acumulação capitalista passam a ser naturalizadas como consequência do “progresso capitalista”. E as expressões da “questão social” que se agudizam pelo ajuste, passam a ser cada vez mais focalizadas, e de caráter assistencialista contrapondo-se a concepção de direitos sociais, frutos de conquistas da própria classe trabalhadora (SOARES, 2000, p. 73).

Para Soares (2000) o caráter assistencialista, pontual e fragmentado dada as desigualdades sociais, neste contexto contam agora com a participação da sociedade civil, como uma rede comunitária de solidariedade, abrindo brechas a participação privada para o provimento dos direitos sociais, atividade agora legitimada pelo Estado.

Entre as principais rebatimentos nas políticas sociais estão o comportamento pró-cíclico, com o mínimo de investimento, corte nos orçamentos da área social, a descentralização dos serviços sociais, a privatização total ou parcial dos serviços (investida do conceito público-estatal) (SOARES, 2000, p. 76-78).

Todas essas reformas terão forte rebatimento na organização de cada política no caso específico deste estudo será da política educacional. Isso pressupõe entender a política educacional e a social “[...] como produto das relações capitalistas [...] hegemônicas; como

expressões das mediações exigidas pelas tensões e disputas, que as transformam em representações, mediatas e imediatas, dos interesses de classes, no contexto das determinações políticas, econômicas e sociais que movem a sociedade...” (XAVIER; DEITOS, 2006, p. 67).

## 2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O NEOLIBERALISMO

Os aspectos referentes ao contexto neoliberal incidem sobre todos os âmbitos da sociedade seja ele econômico, político, social e cultural. Na área social destacamos a educação que passa a ser compreendida como parte imprescindível na constituição e reprodução das relações sociais capitalista de produção, atendendo as demandas postas por esse contexto. Sob a incidência dessas alterações, a política educacional também passará por mudanças, quanto a seus objetivos e organização buscando cada vez mais atender aos interesses do mercado e do poder hegemônico, como afirma Bianchetti (2001):

[...] no que se refere à formação e capacitação de pessoas. [...] Elas dependem não só das condições políticas de uma conjuntura histórica, mas também das características e do poder dos grupos hegemônicos. Esta relativa autonomia da educação em relação a outros níveis da sociedade reflete a dinâmica do processo em que ela se desenvolve. Nos exemplos históricos podemos encontrá-la na resistência ou apoio exercido dentro do sistema educativo para a execução de determinados lineamentos impulsionados a partir da estrutura do poder político (BIANCHETTI, 2001, p. 93).

Desta forma, para identificar as proposições para a reforma educacional é necessário considerarmos quais aspectos fundamentais e elementos básicos sustentadores de conceitos teóricos e metodológicos norteadores e que alimentam a implementação de políticas sociais, dentre elas as políticas educacionais, implicando nas reformas educacionais presentes no atual contexto social. É fundamental considerar, também, no processo de implementação das políticas sociais, dentre elas a educacional, a literatura internacional.

A literatura internacional, retomando aspectos da Teoria do Capital Humano, muito em voga nos anos de 1970-e, [...] com forte presença nas políticas educacionais do regime militar -, afirmava ser a educação um dos principais determinantes da competitividade entre os países. Alegava-se que o novo paradigma produtivo demandava requisitos diferenciados e educação geral e qualificação profissional dos trabalhadores. Iniciou-se então uma polêmica em torno de explicações que davam como inexorável a apropriação dos avanços da tecnologia em todas as esferas. Disseminou-se a idéia de que para ‘sobreviver’ à concorrência do mercado, para conseguir ou manter o emprego, para ser cidadão do século XXI, seria preciso dominar os *códigos da modernidade* (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002, p. 55-56, grifos do autor).

Segundo Ramos (2003) a perspectiva da Teoria do Capital Humano está voltada:

[...] para o aspecto utilitarista da educação, onde se observa uma preocupação com a capacidade humana enquanto “capital”, o que acaba por reduzir o homem a um simples objeto do processo produtivo na economia de mercado. Ai está também presente a ideia da educação como solução para as desigualdades econômicas, funcionando, dessa maneira, como mecanismo de ascensão social [...] (RAMOS, p. 2003, p. 76).

Também para Bianchetti (2001) a Teoria do Capital Humano incorpora [...] em seus fundamentos a lógica do mercado e a função da escola se reduz à formação dos “recursos humanos” para a estrutura da produção. Nessa lógica, a articulação do sistema educativo com o sistema produtivo deve ser necessária (BIANCHETTI, 2001, p. 94).

Nesse caso, atribuiu-se a educação o condão de sustentação da competitividade nos anos de 1990. Nesse contexto, uma vasta documentação internacional, emanada de importantes Organismos Multilaterais,

[...] propalou esse ideário mediante diagnósticos, análises e propostas de soluções considerados cabíveis a todos os países da América Latina e Caribe, tanto no que toca à educação quanto à economia. Essa documentação exerceu importante papel na definição das políticas públicas para a educação no país (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002, p. 56).

Pode-se dizer, dessa forma, que existe uma articulação entre as reformas implementadas a partir dos anos de 1990, pelos governos latino americanos, e as recomendações dos Organismos Internacionais. O exame das relações externas e internas que se pautaram nas últimas décadas,

[...] pelos mecanismos operacionais, políticos e financeiros, realizados especialmente com os organismos internacionais, como o Banco Mundial, o BID e o FMI, fortaleceram proposições que movem a política estatal e econômica e, conseqüentemente, a educacional, na direção dos objetivos de acumulação e reprodução de capital, subordinando a eles a estrutura da política educacional nacional (XAVIER; DEITOS, 2006, p. 80).

É neste sentido que esses organismos passam a apontar formas de incentivos econômicos com o objetivo de reprodução das relações capitalistas e a reforma educacional torna-se uma das estratégias nessa conjuntura.

### **3 PROPOSIÇÕES PARA A REFORMA EDUCACIONAL: UM ESTUDO A PARTIR DO DOCUMENTO “*PERSPECTIVAS ECONÓMICAS DE AMÉRICA LATINA 2012: TRANSFORMACIÓN DEL ESTADO PARA EL DESAROLLO*”.**

Pautado no ideário proposto pelo neoliberalismo no que se refere à política educacional é que a reforma do Estado também proporcionará reformas na educação, conforme afirma Zanardini (2006):

[...] a respeito da articulação da reforma da gestão escolar com a reforma administrativa do Estado, é o critério de eficiência que se faz presente em ambos. Pensando na incapacidade que o Estado centralizador estaria demonstrando, as diretrizes reformistas propõem a autonomia administrativa para buscar o envolvimento da sociedade [...] (ZANARDINI, 2006 p.130).

Neste sentido, as reformas educacionais da América Latina são articuladas as condicionalidades proposta pelos Organismos Multilaterais.

A Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) juntamente com a Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), lançaram em 2011, o documento intitulado de *Perspectivas Económicas de América Latina 2012: transformación del Estado para el Desarrollo*.

No contexto da política educacional na América Latina e Caribe a Ocde/Cepal, elencam nesse documento cinco aspectos que concerne ao Estado prover algumas reformas, que são: [...] descentralización, reformas de la educación terciaria, fortalecimiento de los sistemas de medición de aprendizajes, políticas de selección y evaluación de docentes y participación privada en los sistemas educativos (OCDE/CEPAL, 2011, p. 105).

Dentre estas proposições a descentralização da gestão da educação é afirmada pela OCDE/CEPAL como:

[...] en favor de la descentralización se destaca que los gobiernos locales tienen más información sobre las preferencias locales y, por ende, pueden brindar mejor capacidad de respuesta ante las necesidades locales. También se ha sostenido que las autoridades locales están sujetas a un escrutinio público más cercano, lo que facilita una mayor transparencia en el proceso de toma de decisiones. (OCDE/CEPAL, 2011, p. 105).

Esses aspectos que permeiam a descentralização são para Bianchetti (2001) estratégias na eficiência que possibilitam a redução de custos, e que o princípio da eficácia estaria no controle de unidades menores, o que implica também em uma transferência de

responsabilidades a níveis individuais contrapondo a figura centralizadora do aparelho burocrático do Estado. Para Zanardini (2006), a descentralização imbricaria em questões como:

[...] na medida em que as escolas decidem a partir de suas condições locais, adquirem/escolhem apenas os insumos de que necessitam, evitando desperdício de recursos, e implementando estratégias adequadas que, atentando para as condições e demandas locais, podem efetivamente melhorar a produtividade das escolas. Essa é uma interessante estratégia para responsabilizar os indivíduos pela escolha eficiente ou ineficiente de insumos e, desse modo, argumentar que não se trata de um problema de recursos, mas de incapacidade de gestão (ZANARDINI, 2006, p. 141).

A segunda proposição refere-se à reforma da educação superior na América Latina, nesta as proposições são referentes ao papel regulador do Estado, e não mais provedor como era conceituado anteriormente. Neste sentido, o Estado deveria incentivar a participação privada na educação superior, com vistas a diminuir o financiamento da mesma por parte do Estado, porém o Estado manteria sua função de avaliar a produtividade do ensino superior (OCDE/CEPAL, 2011)

Ainda para a OCDE/CEPAL (2011), questões como pesquisa e extensão deveriam estar sob a administração do Estado, com argumentos de que o âmbito privado não fornece condições para isso. Esta preocupação relacionada à pesquisa e extensão está relacionada com o desenvolvimento produtivo e tecnológico ao qual a educação superior tem papel crucial no processo produtivo, e que o setor produtivo deveria caminhar ao lado da educação superior, dentre estas proposição a OCDE/CEPAL ressalta:

La modernización de la universidad en América Latina demanda establecer una relación sólida con el sector productivo a través de la explotación del potencial en investigación y desarrollo.[...] Sin embargo, la región no cuenta con una masa crítica adecuada de investigadores y de recursos humanos en investigación. [...] Esta limitación de recursos se refleja también en el débil desempeño de la región en cuanto a la producción certificada y resultados en materia de innovación [...] (OCDE/CEPAL, 2011, p. 110).

Ainda esta proposição de parceria com o setor produtivo proposta por esses organismos, evidenciam que são concentradas nessa região as disciplinas de humanidades e ciências sociais, e menos voltadas para as áreas de ciência e tecnologia:

Además del reducido número de investigadores, la universidad en América Latina se caracteriza por un mayor peso relativo de las disciplinas de



ciencias sociales y humanidades. La distribución de los estudiantes universitarios en la región se concentra mayormente en estas disciplinas, mientras que tienen menor incidencia aquellas relacionadas con áreas científicas y tecnológicas (OCDE/CEPAL, 2011, p. 110).

Para a OCDE/CEPAL (2011) o sistema de fortalecimento de avaliações de docentes também se constituem em medidas importantes para a reforma educacional. Através dessas medidas centradas na figura do docente é que implicaria na maior qualidade dos serviços prestados na educação:

Estudios de este tipo han permitido cuantificar, por ejemplo, la concepción que tienen los directores de escuelas sobre el impacto de prácticas como el absentismo y la falta de preparación pedagógica de los docentes en la calidad de la educación. Destacan además la importancia de la satisfacción laboral, la cooperación y el desarrollo profesional para la generación de un ambiente de enseñanza efectivo. Los sistemas de evaluación, aunque han permitido comprender la dinámica de los sistemas educativos, requieren ser evaluados y perfeccionados. [...] En la actualidad, en cambio, la evaluación de las escuelas y de las prácticas docentes y directivas constituye una variable fundamental para garantizar la calidad de los sistemas escolares, en especial dada la proliferación de instituciones privadas, y se ha consolidado como una herramienta clave para la definición de políticas (OCDE/CEPAL, 2011, p. 111).

Ainda, relacionados aos incentivos para os docentes a OCDE/CEPAL elencam cinco aspectos como elementos essenciais: “Las reformas en política docente en América Latina se han concentrado en los últimos años en cinco aspectos: **selección, preparación inicial, apoyo, formación continua e incentivos.**” (OCDE/CEPAL, 2011, p. 112, grifo do autor).

### **Considerações finais**

Constatamos, portanto, que as proposições para a reforma da política educacional dispostas no documento *Perspectivas Económicas de América Latina 2012: transformación del Estado para el Desarrollo*, OCDE/CEPAL (2011) estão articuladas ao conjunto de medidas preconizadas pelo neoliberalismo, como o avanço da iniciativa privada no que se refere á prestação de serviços na área da educação, alterando e reconfigurando desta forma, as ações do Estado. Dentre as proposições para a reforma, destacam-se as relacionadas à gestão como a descentralização, reformas no Ensino Superior, fortalecimento dos sistemas de avaliação de aprendizagem, e nas formas de seleção e avaliação de professores. Por fim, isso demonstra a preocupação com uma formação e um sistema educacional voltada para o mercado trabalho e para o crescimento do capital.

## Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir. & GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- BIANCHETTI, Roberto. G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Editora Cortez, 3º ed. 2001.
- BRAZ, M; NETTO, J. P. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 5º ed. 2009.
- OCDE/CEPAL. **Perspectivas Económicas de América Latina 2012: Transformación del Estado para el Desarrollo**. OCED publishing. 2011.
- RAMOS, Angélica. M. P. **O Financiamento da Educação Brasileira no Contexto da Mudanças Político-Econômicas Pós-90**. Brasília: Plano Editora, 2003.
- SHIROMA, Eneida Otto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SOARES. Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.
- XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado, DEITOS, Roberto Antonio. Estado e Política Educacional no Brasil. In: DEITOS, R.A; RODRIGUES, R.M. (Orgs.). **Estado, desenvolvimento, democracia e políticas sociais**. Cascavel: Edunioeste, 2006.
- ZANARDINI, Isaura Monica Souza. A Reforma da Gestão Escolar e as políticas implementadas no Brasil na década de 1990. In: DEITOS, R.A; RODRIGUES, R.M. (Orgs.). **Estado, desenvolvimento, democracia e políticas sociais**. Cascavel: Edunioeste, 2006.
- \_\_\_\_\_. Reforma do Estado e da Gestão Escolar: uma leitura da articulação via eficiência gerencial. In: DEITOS, R. A; FIGUEIREDO, I. M. Z; ZANARDINI, I. M. S; (Orgs.). **Educação, Políticas Sociais e Estado no Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2008.